

Gabriela Gândara Terenas. *Imprensa, Viagens e Política: Episódios das Relações Luso-Britânicas ao Tempo da Primeira República (1910-1914)*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2024.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva
(NOVA FCSH/CETAPS)

No início de 2025, a Editora Húmus procedeu ao lançamento de um original e inovador estudo das relações luso-britânicas durante o período compreendido entre 1910 (as vésperas do 5 de Outubro) e 1914 (início da Primeira Guerra Mundial), da autoria de Gabriela Gândara Terenas, assente em diversos vectores: um estudo das representações de Portugal, na fase inicial da Primeira República, na imprensa periódica britânica e no jornalismo de viagens anglo-saxónico e numa análise exaustiva da campanha anti-republicana, lançada e liderada por figuras destacadas de sectores *High Tory* e *High Church* da aristocracia, no Reino Unido, a pretexto de um combate pela amnistia e libertação dos presos políticos, pelo fim da política anticlerical do regime republicano, bem como em reacção à aprovação da Lei da Separação da Igreja do Estado. Os olhares britânicos sobre Portugal no período em epígrafe são complementarmente cruzados com o estudo das respostas da imprensa periódica portuguesa à cruzada anti-republicana e da estratégia de contra-propaganda adoptada pelo governo da República, nomeadamente ao endereçar convites a jornalistas anglo-saxónicos para uma visita oficial ao nosso país

Acrescentaremos que o texto é acompanhado de um número significativo de ilustrações, a preto e branco e a cores, reproduzindo artigos publicados nos *media* tipográficos britânicos e portugueses, nomeadamente aqueles que surgiam em revistas e jornais ilustrados, bem como de gravuras extraídas do relato de viagem de Martin Hume, *Through Portugal*, publicado em 1907,¹ posteriormente reeditadas pela Booth Line, empresa de navegação que adquirirá os direitos de as converter em postais que oferecia aos seus passageiros, e finalmente de cartazes propagandísticos da entidade nacional de promoção turística, a Sociedade Propaganda de Portugal, organismo oficial responsável pela célebre vinda a Portugal de uma delegação de jornalistas britânicos e norte-americanos, analisada pela autora nos capítulos 4 e 5 de *Imprensa, Viagens e Política*.

Antes mesmo de procedermos a uma leitura em maior profundidade deste ensaio, impõe-se efectuar uma apresentação da autora. Gabriela Gândara Terenas é Professora Catedrática na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Para além da sua área de especialidade, os Estudos Anglo-Portugueses, domínio no qual se inscreve o estudo que nos propomos agora recensar, bem como dois volumes anteriores, respectivamente intitulados, *O Portugal da Guerra Peninsular: A Visão dos Militares Britânicos (1808-1812)* (2010)² e *Entre a História e a Ficção: As Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas* (2012), a autora tem vindo igualmente a realizar investigação na área das relações entre Literatura e Ciência, domínio dos estudos comparados no qual se inserem várias compilações de ensaios por ela coordenados desde 2012, mais precisamente *Ciência e Cultura. Ficcionalizações da Ciência na Grã-Bretanha (séculos XIX e XX)* (2012);³ *Literatura e Ciência: Diálogos Multidisciplinares* (2021);⁴ e *Representations of the Moon in Literature and*

1. V. Capítulo 4.

2. Lisboa: Edições Colibri, 2010 (1^a edição, 2000).

3. Casal de Cambra: Editora Caleidoscópio, 2012. Editado em colaboração com Filipe Furtado.

4. Lisboa: Universidade Aberta/Serviços de Produção Digital, 2021. Volume editado em colaboração com Isabel Barros Dias, Margarida Esperança Pina, Margarida Santos Alpalhão, Maria de Fátima Nunes, Maria do Rosário Lupi Bello e Teresa Nobre de Carvalho.

Art (2024).⁵ Para concluir esta breve apresentação da obra e do percurso científico de Gabriela Gândara Terenas, acrescentaremos que tem vindo igualmente a interessar-se pelos Estudos Luso-Espanhóis, no âmbito dos quais publicou os seguintes volumes, em colaboração com Beatriz Peralta García: “*El Noble Ejemplo de España*”: *Poesía de la Guerra de la Independencia (1808-1814). Estudio crítico y corpus Bilingüe Anotado* (2015)⁶ e “*Contadles a los Españoles*”: *Poesía Portuguesa del Trienio Liberal. Estudio crítico y corpus bilingüe anotado* (2019).⁷

Não obstante sabermos que os sete capítulos em que a obra em análise se encontra articulada constituíram inicialmente estudos parciais apresentados pela autora a encontros científicos ou parcialmente publicados sob a forma de artigos, importa, desde já, sublinhar que Gabriela Gândara Terenas procedeu posteriormente à descoberta de novos dados e a um sistemático trabalho de investigação que estão na origem das novas versões surgidas em *Imprensa, Viagens e Política*. Deste modo, partindo de um levantamento exaustivo de fontes primárias até agora maioritariamente inéditas – textos publicados na imprensa periódica britânica, norte-americana e portuguesa –, cuja análise foi a posteriori alicerçada num enquadramento teórico eclético, característico dos Estudos Anglo-Portugueses, cruzando a imagologia e o comparativismo, assim como estratégias provindas dos estudos de *media* e de jornalismo de viagem, e finalmente de estudos sobre propaganda, Gabriela Gândara Terenas consegue, com notório êxito, articular de forma lógica e eficaz as diferentes partes deste seu estudo, ao qual subjazem diversos vectores ou fios condutores, nomeadamente nos dois primeiros capítulos, de natureza contextual e preambular:

Como explicar o interesse e a postura favorável, inicialmente demonstrados pela imprensa britânica face à hipotética mudança de regime em Portugal, nas “vésperas” do 5 de Outubro de 1910, no preciso contexto da visita oficiosa dos republicanos moderados

5. Palgrave Macmillan, 2024.

6. Madrid: Ministerio de Defensa/ Gobierno de España, 2015.

7. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2019.

Sebastião de Magalhães Lima e José Relvas ao Reino Unido, ocorrida quatro meses antes da Revolução, posição obviamente desencadeada por declarações do Foreign Office e do governo britânico no sentido de uma atitude de não intervenção no nosso país? Como entender a mudança radical ocorrida entre a classe política do nosso mais antigo aliado logo após a Revolução, bem como a frieza e hostilidade que o *Establishment* viria a adoptar face ao novo regime português?

A nossa autora procura responder a estas questões referindo a forma autoritária como o Partido Republicano havia assumido o poder em Portugal, naquilo que não passava afinal de um regime de partido único, sustentado por sociedades secretas como a Carbonária, de cujas fileiras muitos suspeitavam terem saído os autores do regicídio, em 1908. Por outro lado, muito embora em 11 de Setembro de 1911 o representante diplomático de Portugal tenha comunicado a João Chagas que o Reino Unido iria finalmente reconhecer *de jure* o novo regime português, medidas legislativas radicais e precipitadas por este tomadas, tendentes a promover a laicização do Estado como, por exemplo, a Lei de Separação da Igreja do Estado, a expulsão dos Jesuítas e das ordens religiosas, bem como o encerramento dos conventos viriam a alterar por completo o clima das relações luso-britânicas, abrindo caminho a um crescendo de tensão política e diplomática entre as duas nações.

Por outro lado, a totalidade das medidas legislativas anticlericais, que viriam a redundar, em última instância, no aprisionamento de párocos e freiras, desencadearam, logo em 1911, o surgimento dos primeiros artigos declaradamente anti-republicanos na imprensa britânica, nomeadamente em jornais e revistas católicas, redigidos pelo jornalista irlandês James McCullagh, mas igualmente pelo lusófilo e hispanista Aubrey Bell, que já então residia no nosso país, onde trabalhava como correspondente de *The Morning Post*, colaborando igualmente com outros periódicos britânicos, como *The Times* e *The Contemporary Review*, onde denunciava prontamente a forma como o novo regime acabava por alienar a simpatia de vários sectores da opinião pública nacional e internacional, acabando por ser detido e preso pelas autoridades. Outro tanto se poderá dizer em relação

a Alice Lawrence Oram, filha dos proprietários do hotel Lawrence, em Sintra, e correspondente do ultra-conservador *Daily Mail*, um dos jornais londrinos de maior tiragem e paradigma do *new journalism*, acusada de conspirar contra o regime e por esse motivo capturada pelas autoridades na prisão do Aljube, em Agosto de 1912.

A intensificação da campanha propagandística anti-republicana na imprensa britânica coincidirá com a primeira insurreição realista ocorrida em Vila Nova de Gaia, em 1911, e com as posteriores incursões monárquicas lideradas por Miguel Paiva Couceiro, respectivamente em 5 de Outubro de 1911 e em 6 de Julho de 1912. Todas estas tentativas malogradas de golpe de estado dariam lugar a uma intensificação de medidas de exceção, a partir de Julho desse mesmo ano, nomeadamente a um aumento da actividade censória, a novas formas de processo judicial, que implicariam um aumento exponencial do número de aprisionamentos por traição, em particular de figuras da aristocracia a que a autora atribui destaque, como Constança Telles da Gama e Júlia Maria de Brito e Cunha. É precisamente neste contexto de exacerbação da instabilidade política e da repressão, que se intensificará a campanha propagandística anti-republicana na imprensa britânica e o consequente apoio à restauração de D. Manuel II no trono de Portugal. Tal como Gabriela Gândara Terenas afirma, a dado passo do segundo capítulo, as notícias então surgidas na imprensa anglo-saxónica, da qual faziam caixa de ressonância periódicos de outras nações e corroboradas por periódicos monárquicos em Portugal, eram verdadeiramente alarmantes e sensacionalistas, descrevendo “a crueldade com que os presos políticos eram tratados, sendo mantidos em celas abjectas, minúsculas e partilhadas com criminosos comuns, sem quaisquer condições higiénicas e alimentares, contraindo facilmente doenças.” (57)

Tendo como pano de fundo esta situação, para a qual as manchetes de grande parte dos jornais nacionais e regionais britânicos chamavam a atenção do público, constituindo na realidade uma barreira de propaganda anti-republicana e restauracionista, irá nascer o Committee of British National Protest, liderado por uma destacada figura da aristocracia britânica, Adeline Mary Russell, Duquesa de Bedford,

membro da High Church, e uma das personalidades que freqüentavam a residência de D. Manuel II, em Richmond, onde pontuavam figuras tão diversas quanto exilados portugueses, mas igualmente as mais altas figuras britânicas e estrangeiras, desde Winston Churchill a Alfonso XIII, Rei de Espanha. De acordo com Gabriela Gândara Terenas, a aristocracia britânica havia encetado informalmente uma campanha em favor da restauração da Monarquia em Portugal, incluindo "subscrições com avultadas quantias". (62) É igualmente sabido que a Duquesa viria a propor ao monarca português participar na campanha a favor dos presos políticos, à qual D. Manuel daria o seu apoio oficioso. Nesta sua actividade, Adeline Russell seria acompanhada por Eva Mabel Tenison, que viria a secretariar o Committee of British National Protest, e ao qual se viriam a associar o jornalista Philip Gibbs e Victor Bulwer-Lytton, 2º Conde de Lytton, que presidiria ao célebre comício realizado no AEolian Hall, em Londres, em 22 de Abril de 1913, após o regresso de Lisboa e da visita às prisões portuguesas da Duquesa, que decorreria entre 19 de Março e o início de Abril desse mesmo ano. Este núcleo duro do Committee viria a ser responsável pela publicação de artigos em periódicos britânicos, bem como de panfletos e opúsculos em favor da amnistia aos presos políticos portugueses, mas obviamente favoráveis à restauração da Monarquia em Portugal. Entre outros títulos, citaremos a colectânea de discursos políticos proferidos no comício acima referido, intitulada *Portuguese Political Prisoners. A British National Protest* (1913) prefaciada por Lord Lytton, pela Duquesa de Bedford e pelo militar e diplomata Aubrey Herbert, a compilação de artigos jornalísticos da autoria de Philip Gibbs, surgida em 1914, sob o título: *The Tragedy of Portugal, as Shown in the Sufferings of the Portuguese Political Prisoners: Royalists, Republicans, Socialists and Syndicalists*, prefaciada por E.M. Tenison, e, finalmente, da autoria desta última figura, *Will England Save Portugal? Our Hereditary Obligations (1373-1914)* (1914).

Concordamos, aliás, com Gabriela Gândara Terenas quando esta se coloca a questão de a campanha de apoio aos presos políticos ter vindo, na realidade, a constituir mero pretexto para uma operação mais vasta de desestabilização da República portuguesa, tendente a

generalizar uma imagem profundamente negativa do novo regime junto da opinião pública internacional, mas sobretudo do público britânico, tendente a levá-lo, em última instância a aceitar uma intervenção militar directa ou indirecta do Reino Unido em Portugal, em defesa, na realidade, dos interesses económicos e geoestratégicos britânicos, prática a que os nossos fiéis aliados nos souberam habituar ao longo de todo o século XIX. Na realidade, é sabido que a sistemática campanha anti-republicana, realizada nas páginas da imprensa britânica e norte-americana (excepção feita a alguns periódicos de orientação liberal), prosseguiu muito para lá de 1914 e da promulgação do decreto de amnistia aos presos políticos, em Fevereiro desse ano, com maior ou menor intensidade, ao longo de toda a 1^a República, incluindo o período coincidente com a Primeira Guerra Mundial, e que obviamente não é, como sabemos, coberto pelo presente volume. Recordaremos episódios de profunda instabilidade política ocorridos neste período, como a ditadura do General Pimenta de Castro (28 de Janeiro a 14 de Maio de 1915), o golpe de estado dirigido pelo General Sidónio Pais e o sidonismo (entre 8 de Dezembro de 1917 e 14 de Dezembro de 1918), verdadeira prefiguração daquilo que seria o golpe de 28 de Maio de 1926, a Ditadura Nacional e, sobretudo, o Estado Novo e, finalmente, a Monarquia do Norte (movimento contra-revolucionário que teria como ponto de partida a cidade do Porto e que duraria menos de um mês, mais precisamente entre 19 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919).

Particularmente interessante nos parecem ser os capítulos 4 e 5 do presente volume, em que Gabriela Gândara Terenas nos dá conta da tentativa algo pueril por parte do governo português em responder e fazer frente à barreira de propaganda anti-republicana britânica. Assim, a esta campanha em larga escala, que mobilizou grande parte dos órgãos de imprensa nacionais e locais no Reino Unido e, nomeadamente, aqueles que se encontravam nas mãos de grandes grupos mediáticos, numa época em que já se assistia a uma concentração dos órgãos de imprensa britânicos em conglomerados ou monopólios detidos pelos futuros “Press Barons”, na era dos “papers for the millions”, tentaria responder o governo português, ainda que com

os meios de (contra)propaganda muito mais débeis e desiguais que tinha ao seu alcance. Estamos a referir-nos à campanha de charme levada a cabo pela Sociedade Propaganda de Portugal (SPP), atraindo ao nosso país jornalistas britânicos (incluindo irlandeses e escoceses) e norte-americanos, que produziriam maioritariamente textos em língua inglesa, que se inserem no âmbito daquilo que Gabriela Gândara Terena define como jornalismo de viagem, de natureza obviamente tendenciosa, fazendo jus ao convite oficial que lhes fora efectuado e ecoando as posições oficiais do governo republicano português, cujas pulsões na verdade oscilavam entre uma aparente defesa da democracia e o uso de métodos repressivos e violentos, mais característicos de regimes autocráticos.

Os jornalistas e autores em questão viriam a visitar de Norte a Sul o nosso país, entre os dias 16 e 26 de Fevereiro de 2013, num percurso que havia sidometiculosamente calculado pela SPP e que, curiosamente, incluiu uma visita às prisões portuguesas. Se este último dado por si só não bastasse, o carácter propagandístico e político deste convite ficava evidente no facto de as escolhas dos locais visitados não terem sido livres, mas antes previamente ditadas pela SPP, que “estabeleceu itinerários e pontos de paragem, acompanhando e conduzindo sempre os jornalistas de além-Mancha em todas as suas visitas.” (100) Esta viagem decorre, como se poderá constatar, algum tempo antes da vinda a Portugal da Duquesa de Bedford e de Eva Mabel Tenison em visita às prisões, que recordamos decorreu entre Março e Abril deste mesmo ano.

Não obstante o carácter aparentemente frutuoso da visita dos convidados da SPP e consequentemente do governo da República, que recorreu a todos os meios ao seu alcance para a transformar num sucesso, a maior parte dos artigos publicados pelos jornalistas e obviamente encomendados foram publicados sobretudo em jornais e periódicos regionais britânicos e, em muito menor grau, nos jornais de Fleet Street e na imprensa internacional, parecendo até ter alcançado proporcionalmente maior eco na imprensa portuguesa. Enquanto isto, a campanha pela libertação dos presos políticos prosseguiria na imprensa britânica de forma sistemática e

talvez mesmo com uma intensidade superior à registada em períodos anteriores.

Na realidade, dificilmente o frágil regime republicano poderia fazer face ao poder da imprensa britânica, sobretudo aos jornais populares e sensacionalistas (o novo jornalismo que antecederia o tabloidismo), com as suas tiragens milionárias. É, aliás, sabido que desde o final da Era Vitoriana, jornalistas como T. P. O'Connor (1848-1929), político irlandês, jornalista e editor de *The Star* e W. T. Stead (1849-1912), jornalista e editor de *The Pall Mall Gazette*, viriam a introduzir no Reino Unido técnicas jornalísticas muito avançadas e que eram correntes nos Estados Unidos, nomeadamente nos jornais de Joseph Pulitzer. Estas estratégias de comunicação, *marketing* e propaganda viriam a ser utilizadas numa escala muito mais vasta pelos futuros "Press Barons", Alfred Harmsworth (1865-1922), o seu irmão Harold Harmsworth (1868-1926) e William Maxwell Aitken (1879-1964), nos seus respectivos jornais. Após a Primeira Guerra Mundial, receberiam respectivamente os títulos honoríficos de Visconde Northcliffe, Visconde Rothermere e Barão Beaverbrook, por terem participado activamente no esforço de propaganda britânico e ocupado pastas nos executivos de Herbert Asquith e, sobretudo, de Lloyd George.⁸ Foram estas e outras personalidades associadas ao

8. Sedentos de poder, através dos seus respectivos impérios mediáticos e de jornais como *Daily Mail*, *Daily Mirror* (pertencentes ao grupo Associated Newspapers dos irmãos Harmsworth) e *Daily Express* (de Max Aitken), ameaçavam e derrubavam governos, destruíam a reputação de primeiros-ministros, provocando crises políticas, quer durante a Primeira Guerra Mundial quer durante as décadas de 20 e 30. A este propósito, importa destacar a sua responsabilidade directa no derrube do primeiro-ministro liberal, Herbert Asquith, em 1915, substituído pelo seu correligionário David Lloyd George, o favorito de Harold Harmsworth (*Lord Northcliffe*), no ano de 1916. Outro tanto poderá ser dito acerca do conflito aberto de Harold Harmsworth e Max Aitken com o líder conservador Stanley Baldwin, já em 1929, após a sua derrota nas eleições legislativas desse ano. Tratou-se de uma imparável e permanente cruzada que tinha por objectivo último a conquista do poder político. Em todo este processo a figura mais sinistra foi, sem dúvida, a de Harold Harmsworth, que, durante os anos 20 e 30, apoiou declaradamente a subida ao poder de Benito Mussolini, bem como do Partido Nazi e de Adolfo Hitler na Alemanha, mantendo elos de estreita amizade com ambos os ditadores. No plano interno é bem conhecido o seu apoio à British Union of Fascists de Oswald Mosley, tendo transformado o seu jornal *The Daily Mail* num porta-voz deste quadrante ideológico. Este processo seria apenas interrompido com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial e o seu auto-exílio nas Ilhas Bermudas, onde morreria em circunstâncias pouco claras, logo em 1940.

Quanto aos cargos ocupados pelos três "Press Barons", durante o Primeiro Conflito Mundial, citaremos o título de President of the Air Council, atribuído por Lloyd George a Harold Harmsworth, bem como os de Minister of Information e Director of Enemy Propaganda, respectivamente atribuídos a Max Aitken e Alfred Harmsworth.

jornalismo sensacionalista que conseguiram edificar no Reino Unido uma máquina de propaganda científica, que viria em larga medida a ultrapassar a da Alemanha e restantes potências centrais, durante a Primeira Guerra Mundial. Não nos pode por esse motivo espantar que os órgãos da imprensa detidos pelos ultra-conservadores irmãos Harmsworth, como *Daily Mail*, *Daily Mirror* e *The Times*, tenham ocupado igualmente um papel de destaque no combate à República e desempenhado essa função com notória eficácia.

Concluiremos esta recensão, saudando mais uma vez a autora pela notável qualidade deste estudo e desejando que nos venha a premiar com novos trabalhos de sua autoria e do grupo de trabalho que, sob a sua orientação, procede no CETAPS, da Universidade Nova de Lisboa, ao estudo das representações de Portugal na imprensa britânica, no período em epígrafe.